

Sociologia sem sociologia: resenha de *Sociologia dos intelectuais*, de Louis Pinto

PINTO, Louis. *Sociologia dos intelectuais*. Trad. Elisa Klüger. São Paulo: Edusp, 2023. 158 p.

Arthur Freire Simões Pires^{1*} 

Resumo

A resenha que segue analisa a obra *Sociologia dos intelectuais*, de autoria do sociólogo francês Louis Pinto. O texto almeja ser uma introdução aos interessados no tema que dá nome ao livro, procurando fornecer um arcabouço teórico de capacidade objetiva, como o próprio autor descreve. Para isso, ele se ampara em uma literatura que, via de regra, pode-se dividir entre historicista e sociológica, supostamente empreendendo orientações desde as duas abordagens. A análise disposta no presente texto, entretanto, constata que a obra apresenta contradições em seu desenvolvimento, principalmente no que concerne seu caráter historicista. Enquanto isso, da parte sociológica, carece de explicações conceituais, concentrando-se mais em estabelecer clivagens entre os intelectuais.

Palavras-chave: Louis Pinto, Sociologia dos Intelectuais, história dos intelectuais.

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil.

*Correspondência: grohsarthur@gmail.com

Sociology without sociolog: book review of Louis Pinto's Sociologia dos intelectuais

Abstract

The following book review analyses the work *Sociologia dos intelectuais*, written by the French sociologist Louis Pinto. The text aims to be an introduction to those interested in the theme that gives name to the book, seeking to provide a theoretical framework of objective capacity, as the author himself describes. For this, it relies on a literature that, as a rule, can be divided between historicist and sociological, supposedly undertaking orientations from the two approaches. The analysis provided in this text, however, notes that the work presents contradictions in its development, especially regarding its historicist character. On the other hand, the sociological part lacks conceptual explanations, focusing more on establishing cleavages between intellectuals.

Keywords: Louis Pinto, Sociology of Intellectuals, history of intellectuals.

O sociólogo francês Louis Pinto, em 2021, publicou o livro *Sociologie des intellectuelles* pela editora francesa La Découvert, cuja tradução, no Brasil, foi lançada pela Edusp, em 2023. A obra original pertence à coleção Repères, que, tradicionalmente, se caracteriza por editar obras que apresentem uma síntese de temas das Ciências Humanas sob rubricas de autores consolidados, como Howard S. Becker e Érik Neveu¹. Logo, trata-se de uma obra introdutória ao tema endereçado no título.

Assim, em *Sociologia dos intelectuais*, o autor se propõe a fazer um estudo a fim de ostentar “instrumentos de análise que [...] não são arbitrários” (Pinto, 2023, p. 21) para o tema de estudo que dá nome ao livro. Para isso, lança mão de autores majoritariamente vinculados à História e à Sociologia com o propósito de compor um quadro interpretativo e cronológico de como a figura do intelectual (em seu sentido abstrato) assentou-se ao longo da trajetória da civilização humana.

O livro é dividido em quatro capítulos, os quais, segundo o próprio autor, devem ser interpretados em dois conjuntos. Os dois primeiros (“A produção de discursos letrados” e “Um grupo social?”), conforme Pinto (p. 21), projetam empregar “uma abordagem predominantemente objetiva”, na qual “os intelectuais são tomados como objeto e grupo identificável na história em função de um conjunto de traços distintivos”. Enquanto, nos dois capítulos remanescentes (“Um espaço autônomo” e “O intelectual como figura pública: uma conquista frágil”), o sociólogo francês ambiciona observar “de que forma os intelectuais se afirmaram como tal”, bem como a maneira como “se relacionam com outros grupos, com eles mesmos e uns em relação aos outros em alianças, conflitos e inovações, por meio de representações, definições e mitologias” (p. 21).

Convém sublinhar preliminarmente que a obra, apesar de seu título, lança mão também de uma abordagem historicista, como é possível notar desde seu sumário. Em função disso, pretende-se discutir o livro, no presente texto, a partir de dois pontos de análise: (1) o historicismo e (2) o

¹ Ver em Les Influences (2024).

conceito de *sociologia dos intelectuais* empreendido no trabalho. Deseja-se responder, ao fim da resenha, se a publicação é um livro de introdução suficiente em relação às suas ambições.

Então, sobre os aspectos historicistas da obra, pode-se dizer que, sob a justificativa de que a atividade intelectual existe em perspectiva milenar e que, por conseguinte, as características se transformam com o tempo e entre sociedades, Pinto inicia a obra generalizando a acepção do que é um intelectual. Segundo ele, sociólogos e historiadores que ousam se arvorar nessas questões, via de regra, esbarram no questionamento de se é possível ou não estudar os intelectuais antes do seu surgimento “formal”. Assim sendo, sugere, portanto, que a pesquisa que adota um conceito limitado (em relação à variedade de componentes desse grupo) tende a “cair no arbitrário (e privilegiar sub-repticiamente um ponto de vista) ou em um essencialismo a-histórico (no qual, para além das variações, haveria um núcleo substancial)” (Pinto, 2023, p. 14).

Como consequência, o autor procura estabelecer marco temporal de como os intelectuais estavam assentados desde as teocracias mais antigas até o século XIX, procurando, também, destacar seu *status* social. Mais do que isso, ainda conforme o sociólogo, trata-se de um esforço de apresentação da “diversidade de figuras intelectuais de algumas sociedades do passado” (p. 23). Para isso, ele faz breves considerações, sem se ater a detalhes, traçando uma linha cronológica que se inicia com os trabalhos de Weber acerca das religiões (interpretando a figura intelectual em seus escritos) e termina com o surgimento do escritor, enquanto ofício, entre os séculos XVIII e XIX. Ademais, Pinto afirma que “a *sociologia dos intelectuais* de Weber está estreitamente ligada à sociologia das religiões”, pois “os intelectuais são os portadores de demandas de sistematização e são agentes, por excelência, da racionalização”; além disso, “na maior parte das sociedades, é a religião que desempenha um papel determinante na produção das representações do cosmos e da vida humana” (p. 25, grifo do autor).

Ocorre, entretanto, que a abordagem do autor é passível de questionamento, tanto no que se refere à leitura sobre Weber quanto da própria visão historicista da matéria. Primeiramente, pois, apesar de uma apresentação coerente, a interpretação do autor força uma leitura sobre o sociólogo alemão, desloca seus verdadeiros interesses aos de seu livro. Porque, apesar de reconhecer que não encontra “uma teoria dos intelectuais propriamente dita” nos escritos weberianos, Pinto (p. 25) entende que os reinterpretar à luz de outro problema de pesquisa não acarreta prejuízo. Quer dizer, em sua visão, o fato de que os textos são observados desde uma perspectiva externa aos interesses weberianos com uma finalidade ainda mais distante não resulta na deturpação de seus resultados.

Além disso, em seguida, constata-se um desvio ainda mais grave, ao se observar a abordagem historicista apresentada pelo sociólogo para a *sociologia dos intelectuais* que ele propõe. Uma vez que o autor insere, na mesma classificação, líderes religiosos da Antiguidade, os filósofos da Grécia Antiga e estudiosos enclausurados em monastérios da Idade Média etc., percebe-se um anacronismo e, ao mesmo tempo, uma contradição. Qualquer sujeito desses conjuntos identificar-se-ia como pessoa interessada nos saberes mundanos, do divino, nos mistérios do espírito, no estudo da doutrina religiosa e assim sucessivamente; mas não como intelectual. Quando se observa o legado dos gregos antigos, por exemplo, vê-se que eles mesmos não se compreendiam como teóricos, mas como produtores de literatura (Rüdiger, 1990). Sequer havia essa expressão na maior parte dos cenários em que Pinto elenca. Isso posto, importa ressaltar também que uma das referências citadas na elaboração de seu arcabouço é o historiador britânico Quentin Skinner², logo, a aplicação da ideia de intelectual, tal como ela foi consolidada no fim do século XX, para uma extensão sem

² Em linhas gerais, Skinner (1969) se vincula à história *contextualista* de historiografia das ideias políticas. Defende, assim, que os textos devem ser analisados em seu contexto original, junto com os de seus contemporâneos, a fim de compreender o vocabulário dos atores sociais, evitando cair em essencialismos.

limites dentro da cronologia humana diverge justamente do que a corrente historiográfica desse quadro teórico sustenta.

Nesse sentido, ao longo do livro, Pinto acaba por manifestar uma abordagem e uma conceptualização vacilantes. Posto de outra forma, o autor titubeia – em relação às intenções anunciadas na introdução e no primeiro capítulo –, pois, a partir de determinado ponto, parece atrelar quase exclusivamente o ofício intelectual à universidade. Chega a dizer que, “[s]e os intelectuais constituem um grupo social, podemos esperar que, como outros grupos, eles sejam portadores de reivindicações materiais e simbólicas e que procurem se fazer ouvir graças a mobilizações” (p. 66). Desse modo, exclui a diversidade de manifestações da figura intelectual, como o *intelectual orgânico*, o *intelectual público* etc. (Gramsci, 2022; Posner, 2003), bem como ignora as especificidades das diferentes gerações intelectuais. Por conseguinte, contraria sua intervenção inicial, que procura não se prender ao marco temporal.

O carácter historicista da proposta do sociólogo pode, em vista do exposto, ser chamado de controverso, de modo que, com frequência, a obra exhibe contradições das asserções que o próprio autor traz à baila. Notam-se diversas carências em sua leitura da cronologia da figura intelectual, enquanto, ao que parece, sua preocupação maior, durante a obra, foi encontrar um critério objetivo para um fenómeno subjetivo. Isso, consequentemente, acarretou reflexões mais centradas em uma *clivagem* do que, por exemplo, em uma caracterização.

No entanto, como explicitado anteriormente, o livro resenhado procura, mais do que uma periodização, oferecer recursos para se pensar a *sociologia dos intelectuais*. Isso, por sua vez, desdobra-se em dois aspectos de observação: (1) o conceito e, em seguida, (2) sua articulação. Por consequência, como tal, “[d]eve-se entender por sociologia uma ciência que pretende entender pela interpretação a *ação social* para desta maneira explicá-la causalmente no seu desenvolvimento e nos seus efeitos”, conforme Max Weber (1995, p. 400, grifo do autor). Quando a matéria

se concentra no estudo dos intelectuais, à vista disso, subentende-se que o trabalho procurará descrever esse conjunto de sujeitos, chamando a atenção para seus vínculos, características gerais etc.

Logo, o primeiro aspecto a ser ressaltado é o caráter interdisciplinar, cuja localização se encontra na fronteira entre a Sociologia e a História. Contudo, de acordo com Pinto (p. 20-21), há uma especificidade quando se alude à *sociologia dos intelectuais*, pois ela “[s]e distingue claramente de gêneros comuns nos quais falamos de intelectuais, como a história das ideias, a crônica histórica, o ensaísmo filosófico, a especulação teórica”. Por meio de sua sustentação, o autor contribui para compreender, afinal, do que a matéria trata, diferenciando-a de outros subcampos sociológicos. Interessa enfatizar, por isso, que sua origem deriva de outras duas especialidades da Sociologia: (1) “o estudo de um grupo social caracterizado pela educação e pela cultura” e (2) “o estudo de produções intelectuais, inicialmente designado como ‘sociologia do conhecimento’” (p. 50).

Essa discriminação oportuniza esclarecer algo que, à luz de sua análise, esteve ofuscado, que são as particularidades subjacentes de uma *sociologia dos intelectuais*, isto é, dependendo da abordagem tomada pelo pesquisador, um estudo dessa natureza pode tratar de “um domínio bastante extenso, englobando diversas profissões e especialidades (professores, jornalistas, advogados etc.)”, assim como pode ser percebido “como um setor dominado unicamente pelos produtores de bens culturais” (p. 53). Então, também se pode destacar:

A sociologia dos intelectuais encontrou, para se constituir, uma dificuldade resultante da tensão entre duas orientações. A primeira orientação buscava mostrar a coerência de um grupo social intelectual dotado de um conjunto de aspirações, atitudes e crenças; sobretudo dos discursos, seu conteúdo e forma. A conciliação dos aspectos permitiria ultrapassar a dicotomia tradicional entre externalismo (estudo dos fatores sociais) e internalismo (estudos produtos considerados segundo as normas de verdade, de coerência etc.) (p. 73).

Resume, além disso, que o trabalho da *sociologia dos intelectuais* não se limita à historicização do pensamento, mas, ao contrário, busca relacioná-lo “com propriedades específicas dos agentes que participam da sua produção e circulação, para melhor compreender seu conteúdo e forma e para dar conta de seus efeitos sociais” (p. 74). Ele o faz por meio de comentários acerca do desenvolvimento da matéria, enquanto um subcampo, especialmente fazendo uso de conceitos da sociologia bourdieusiana – à qual, sabidamente, Louis Pinto é filiado (Pinto, 2000) –, assim como das noções de *campo* e *habitus*. Quer dizer, percebe-se qualidade na exposição sobre o que um sociólogo dos intelectuais se impele a investigar.

Sem embargo, ao examinar as articulações apresentadas, notam-se carências. A começar pelo fato de que o autor entende que o sujeito intelectual é o resultado da autonomização do campo científico (o que, como se pode perceber, contrapõe-se aos princípios historicistas da própria). Essa percepção, da mesma forma, entra em confronto com o caso Dreyfus, cujo próprio autor escreve que, “se assim quisermos”, é o “ato de nascimento do intelectual” (p. 112). Afinal, dever-se-ia considerar que os intelectuais, ao contrário de produtos de um campo científico-acadêmico autônomo, seriam resultado de uma mudança da esfera pública, em que os meios literário e político passam intervir um no outro (Habermas, 2014). Alternativamente, em outras palavras, os intelectuais surgem em decorrência de uma mudança sociológica em que escritores, políticos e demais sujeitos sociais estão interessados em discutir as questões de interesse coletivo.

Importa lembrar, não obstante, que essa definição está associada à noção de *intelectual público*, e que há mais do que esse tipo quando se fala em intelectuais (Gramsci, 2022; Jacoby, 1990; Posner, 2003). Entretanto, apesar de repetidamente discorrer sobre clivagens (tecendo considerações sobre a categorização de Gramsci, por exemplo), o autor basicamente não apresenta alternativas sobre como interpretar a heterogeneidade dos intelectuais, senão por seu tempo histórico. Quando o faz, isso ocorre de duas maneiras.

A primeira, por meio do *engajamento* do intelectual em relação a uma pauta pública, resume a totalidade de intelectuais aos intelectuais públicos, excluindo, assim, sujeitos que se diferenciam, por diversos motivos, daqueles envolvidos no grande debate público. Todavia, de acordo com o sociólogo, as “análises dos *engajamentos* intelectuais buscam romper com toda uma série de abordagens bastante atraentes”, que, ainda em conformidade com Pinto (p. 116, grifo do autor), não são (ou são pouco) sociológicas, como “puramente biográficas (ora hagiográficas, ora polêmicas), culturalistas (referindo-se a uma época ou a um meio) e ideológicas (centradas em conteúdos doutrinários)”. O autor acredita ser suficiente por relacionarem “os capitais dos quais dispõem os indivíduos em um momento de sua trajetória e a estrutura do campo possíveis” (p. 116). Isso significa que a abordagem empreendida se vê despojada de seu caráter sociológico, de fato. Afinal, somente um dos elementos implícitos na teia de relações dos intelectuais é considerada, *grosso modo*. O autor não salienta o meio pelo qual o intelectual se manifesta, para qual audiência, em que situação política e assim sucessivamente. A interpretação que se baseia, como critério principal, na filiação política do sujeito tende, enfim, a um essencialismo (Skinner, 1969, 1999; Pocock, 2013), ou seja, incute na categoria um fator a fim de observar todos os agentes da mesma maneira.

Depois, a segunda forma é lançar duas dicotomias que supostamente funcionariam como eixos dos “modos de engajamento dos intelectuais”, sendo eles: “especialização/generalidade ou saber puro/[saber] aplicado” (p. 118). Além disso, o autor sugere uma série de subcategorias (“intelectual revolucionário”, “intelectual de governo”, “intelectual específico”, “intelectual ‘total’”, “intelectual ‘coletivo’”) cujas definições tampouco são explicadas e, menos ainda, o que as difere, propriamente (p. 118-119). Em sintonia com o que escreveu Louis Pinto (p. 119), é “esclarecedora a hipótese” de que se pode classificar os intelectuais de acordo com “o tipo de capital detido” e de seu vínculo com “a universidade, as mídias e os poderes políticos e econômicos”. Contudo, o autor entende que esse tipo de critério não é “claro” e tampouco

“unívoco”, porque os intelectuais “são levados a improvisar” e “a se deixarem conduzir por suas disposições e pelo espírito do tempo, ou, simplesmente, a cederem às solicitações de um círculo próximo” (p. 120). Em outras palavras, sob seu entendimento, poder-se-ia chamar de uma sociologia do impossível, pelo simples fato de que um critério ou uma teoria não podem contemplar a realidade. Convém salientar, porém, que “a dinâmica da realidade sempre supera a teoria” (Daros, 2022, p. 191), por conseguinte, a Sociologia (e a ciência, de modo geral), não procura abarcar toda a realidade, mas, em linhas gerais, descrever fenômenos dentro de parâmetros e subordinados a problemas de pesquisa.

Diante de tudo o que foi exposto, entende-se que, enquanto obra introdutória, *Sociologia dos intelectuais* não atinge seu objetivo primordial. Porque um livro de introdução deve fornecer material suficiente para que os interessados tenham condições de (1) compreender do que se trata a matéria, (2) saber os principais autores do subcampo e (3) ter definições conceituais sobre seu desenvolvimento e sobre seus principais referenciais (ainda que de maneira superficial). Assim, como foi possível notar, ao longo da obra, Pinto ostenta intervenções que caracterizam o que seria uma *sociologia dos intelectuais*; porém, de maneira esparsa e descentralizada.

Outrossim, ao lume da análise apresentada, o livro possui no historicismo sua coluna vertebral e, em segundo lugar, a discussão sobre os intelectuais em perspectiva sociológica. Todavia, o argumento do autor é confuso e se vê em contradição com suas próprias premissas no decorrer da obra. O historicismo, apesar do título do volume, faz-se mais premente e, ao mesmo tempo, mais problemático, apresentando anacronismos, para além das antinomias. Enquanto isso, o aspecto sociológico da obra é secundário, tendo sido pouco trabalhado ao longo do texto, e as poucas considerações exibidas não oferecem alternativas ou perspectivas de investigação. Portanto, trata-se de uma obra que se lança à *sociologia dos intelectuais* com uma base historicista e carece da presença, ao fim e ao cabo, tanto de uma sociologia, quanto de um historicismo.

Referências

1. DAROS, Otávio. **Marxismo cultural e estudos de mídia**: trajetória e análise da obra de Douglas Kellner. Curitiba: Ed. UFPR, 2022.
2. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**: os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
3. HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.
4. JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais**: a cultura americana na era da academia. São Paulo: Edusp, 1990.
5. LEMIEUX, Emmanuel. **François Gèze, 30 ans de Découverte**, 2024. Disponível em: <https://www.lesinfluences.fr/2013/03/18/francois-geze-30-ans-de-decouverte/>. Acesso em: 30 maio 2024.
6. PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
7. PINTO, Louis. **Sociologia dos intelectuais**. São Paulo: Edusp, 2023.
8. POCKOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2013.
9. POSNER, Richard. **Public intellectuals**: a study of decline. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
10. RÜDIGER, Francisco. O nascimento da história. **Chronos**, v. 2, n. 23, p. 145-158, 1990.
11. SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 1, n. 8, p. 3-53, 1969. DOI: <http://doi.org/10.2307/2504188>.
12. SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
13. WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais (parte 2)**. São Paulo: Cortez; Ed. Unicamp, 1995.

Fonte de financiamento: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: Felipe Gonçalves Brasil: concepção, escrita, análise, revisão do artigo. Heber Silveira Rocha: concepção, escrita, análise, revisão do artigo.

Aprovação do Comitê de Ética: Não se aplica.

Disponibilidade de Dados: Não se aplica.

Editor: Enio Passiani (UFRGS, Brasil).

Arthur Freire Simões Pires é doutorando, mestre em Comunicação Social (PUCRS), bacharel em Jornalismo (UFPel). Assina textos jornalísticos sob o pseudônimo de Arthur Grohs, grohsarthur@gmail.com

Recebido: 24 jun. 2024.

Aceito: 03 fev. 2025.